

**Gestão do Trabalho e da Saúde na Contemporaneidade:
uma revisão histórica das implicações para o trabalhador
e para os processos laborais**

**Gestión de Trabajo y Salud en la Actualidad: una revisión
histórica de las implicaciones para el trabajador y para
los procesos laborales**

**Work and Health Management in Contemporaneity: an
historical review of the implications for the worker and
labor processes**

Rosângela Veloso de Freitas Morbeck¹, Francisco Gilson Rebouças Porto Júnior²

Resumo: O presente artigo objetiva analisar o impacto que as transformações advindas do sistema capitalista tiveram sobre o trabalhador, na sua condição social e na sua saúde. A pesquisa se deu com referencial teórico marxista e de autores análogos a esta perspectiva crítico-histórica. Os resultados apontaram que, nos processos de trabalho dos modelos taylorista ao toyotista, mantêm-se a exploração da mão de obra em função do lucro das mercadorias, resultando em desemprego, precarização do trabalho, informalidade e desigualdade, gerando sofrimento e insegurança física e psíquica ainda que, atualmente, a saúde do trabalhador seja tida como elemento condicional à qualidade de vida humana. Portanto, a implementação de políticas públicas para a saúde do trabalhador, tendo em vista seu desenvolvimento, bem como a intensificação das ações de pesquisa que favoreçam articulações atualizadas sobre os processos de trabalho, são caminhos de transformação para uma relação justa e criativa do homem com o seu trabalho.

¹ Rosângela Veloso de Freitas Morbeck. Psicóloga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, Campus Paraíso do Tocantins. Especialista em Saúde Mental: prevenção, promoção e recuperação da saúde. Mestranda em Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Tocantins - UFT. E-mail: rosangelapsi@ifto.edu.br.

² Pós-Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-FAC-UnB). Doutor em Comunicação e Culturas Contemporâneas (FACOM-UFBA). Mestre em Educação (PPGE-UnB). Graduado em Comunicação Social/Jornalismo (CEULP-ULBRA) e Pedagogia (FE-UnB) e Professor dos Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT). Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT). Email: gilsonportouft@gmail.com.

Palavras-chave: Capitalismo. Processos de trabalho. Precarização do trabalho. Saúde do trabalhador.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo analizar el impacto de las transformaciones resultantes del sistema capitalista sobre los trabajadores, su condición social y su salud. La investigación se llevó a cabo en el marco teórico marxista y autores relacionados con esta perspectiva crítico-histórica. Los resultados mostraron que los procesos de trabajo de los modelos de Taylor al Toyotista siguen siendo la explotación de mano de obra debido a las utilidades producidas, teniendo como consecuencia desempleo, inseguridad laboral, informalidad y la desigualdad, generando sufrimiento e inseguridad física y psíquica, aunque actualmente la salud del trabajador sea entendida como elemento condicional a calidad de vida humana. Por lo tanto, la implementación de políticas públicas para la salud ocupacional teniendo en cuenta el desarrollo del trabajador bien como la intensificación de las actividades de investigación que favorezcan articulaciones actualizadas sobre los procesos de trabajo, son caminos transformadores para una relación justa y creativa del hombre con su trabajo.

Palabras clave: Capitalismo. Procesos de Trabajo. Inseguridad Laboral. Salud Ocupacional.

Abstract: This article aims to analyze the impact that the changes resulting from the capitalist system have had on workers, their social status and their health. The research is based on Marxist theoretical framework and related authors to this critical-historical perspective. The results showed that the work processes in taylorist and toyotist models remains the exploitation of labor due to the profit of the goods, resulting in unemployment, job precariousness, informality and inequality, generating suffering, physical and psychic insecurity although currently the worker's health is taken as a conditional element to the human quality of life. Therefore the implementation of public policies for worker's health having seen its development, as well as the intensification of research activities that support updated work processes' articulation, are transformation paths for a just and creative relationship of man with his work.

Keywords: Capitalism; Work Processes; Precarious Work; Occupational Wealth.

Introdução

O capitalismo introduz na sociedade uma nova economia, na qual o valor de alguma coisa se torna “[...] valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo de novo” (Marx, 1996, p. 274-278). O capitalismo do mundo moderno se caracteriza pela produção voltada ao mercado (e não somente à subsistência), pelas trocas monetárias, pelo estabelecimento do valor do trabalho (agora assalariado), pela organização empresarial, pela divisão de classes em possuidores dos meios de produção e o esquadrão de trabalhadores e pelo espírito de lucro (Arruda, 2005).

Ao longo do seu desenvolvimento, o capitalismo se materializa em processos específicos e marcantes de trabalho. Destaca-se, neste recorte, o taylorismo, o

fordismo e o toyotismo (acumulação flexível), cada um e todos eles decisivos ao desenvolvimento e à transformação do homem no mundo do trabalho.

Da anulação do intelectual do trabalhador operário, com exigência por uma ação mecânica e repetitiva típicas dos modelos taylorismo-fordismo, à intensificação das condições de exploração da força de trabalho, multifuncional de controle dissimulado na vigência do *Welfare State* com o toyotismo, o trabalhador dança, ainda hoje, regurgitando as consequências que distintas modalidades de uso da sua força de trabalho provocam em si mesmos (Antunes, 2009).

Diante de tais repercussões, a presença de questionamentos sobre a saúde do trabalhador é crescente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) abarca a saúde do trabalho como um bem valioso ao indivíduo, à comunidade e ao país e incorpora a saúde ocupacional como um dos pilares à melhoria da qualidade de vida como um todo. Contemporaneamente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) produz pesquisas e diálogos no sentido de apresentar o Trabalhador Decente, identificando, apesar de muitos avanços, as problemáticas ainda numéricas traduzidas em empregos precários (OMS; OPAS, 2014; OIT, 2012).

Nesse contexto, surgiram como questionamentos: de que maneira as transformações do mundo do trabalho, especificamente dos processos de trabalho, resultaram em mudança nas condições de saúde do trabalhador, no mundo capitalista? Os processos de trabalho se desenvolvem favorecendo positivamente o potencial humano de produção e atuação no mundo?

De tais indagações, delinearam-se como objetivos, neste trabalho: descrever conceitos e perspectivas gerais sobre o fundamento do capitalismo como nova estrutura econômica e ponto de transformação do mundo do trabalho; apresentar o caminho trilhado pelo trabalhador, nos diferentes momentos dos processos de trabalho, apontados a partir do surgimento do capitalismo; expor a identidade do fordismo, taylorismo e toyotismo como processos peculiares e históricos de modelagem na relação homem-trabalho; identificar neste percurso o quanto esses modos de exploração da força do trabalho implicam na condição de saúde e de doença do trabalhador; e, finalmente, analisar os diálogos presentes que buscam ensaiar transformações da realidade de exploração da força de trabalho para futuros mais saudáveis, seguros e criativos.

O capitalismo como novo sistema econômico

Em se tratando do capitalismo, na sua primeira e clássica análise, datada de 1867, Marx (1996) salienta o ponto de partida do capital a circulação de mercadorias no século XVI, quando, no processo de comercialização de compra e venda, dinheiro se transforma em mercadoria e vice-versa. E o curso do dinheiro como capital possui, para o autor, uma finalidade em si mesmo. Compra e venda só existem em um movimento de renovação constante, o que torna o capitalismo insaciável.

O capitalismo nasce em oposição ao sistema feudal, onde preponderavam as relações servis de produção. No feudalismo, os servos devem aos seus senhores

obrigações compulsórias que são impostas na forma de serviços ou produtos. Por outro lado, no capitalismo, nascem as relações assalariadas de produção e, principalmente, uma nítida diferenciação entre os detentores dos meios de produção (capital) e aqueles que possuem apenas o trabalho (o trabalhador). Inicia-se a circulação do dinheiro e não mais a troca de produtos propriamente dita (Arruda, 2005).

O homem, compreendido como possuidor de dinheiro, torna-se capitalista. O seu bolso passa a ser o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. Existindo agora também a valorização do valor, ou seja, a meta subjetiva de apropriação crescente de riqueza, o movimento do ganho (Marx, 1996).

Para compreensão do conceito formalizado de capitalismo clássico, destacam-se as duas grandes correntes apontadas por Catani (2012). A corrente de Max Weber (1864-1920) que explica o capitalismo mediante fatores externos à economia, e a de Karl Marx (1818-1883), que compreende capitalismo como um resultado histórico do início da Idade Moderna à Revolução Industrial da Inglaterra, quando teve sua consagração.

A primeira corrente chamada culturalista define que o capitalismo “[...] se constitui a partir da herança de um modo de pensar as relações sociais, entre elas a econômica, legada pelo movimento da reforma da Europa: do protestantismo de Lutero e mais ainda do Calvinismo.” (Catani, 2012, p.7). Nessa forma de pensamento, estão as ideias da valorização do trabalho, do exercício de uma profissão (vocacional) na busca de uma seleção natural como fonte do capitalismo. Criar riqueza pelo trabalho significa que o indivíduo pertenceria ao grupo dos “predestinados” (Catani, 2012).

Catani (2012, p.12) destaca o entendimento de Weber que explica o capitalismo como possuidor de dois atributos. “[...] 1. A formação de um mercado de trabalho formalmente livre; 2. O uso da contabilidade racional.” No primeiro, a concepção de um lugar de trabalho (mercado) afastado da residência do trabalhador e, no segundo, a contabilidade que incumbe calcular o custo de produção. Essas características viabilizam a organização racional da empresa capitalista.

A investigação ética do capitalismo de Weber, apoiado sob os princípios teológicos protestantes, apresenta o “espírito” capitalista. Tais princípios recomendam que, tal como se deve agir religiosamente, sugere-se fazê-lo economicamente, havendo, assim, uma valorização do trabalho profissional como meio de salvação do homem. Isso contraria a concepção cristã medieval, que considerava o trabalho uma maldição (Catani, 2012).

Em resumo, a corrente preconizada por Weber entende o capitalismo como

[...] a cristalização objetiva dessas premissas teológicas e éticas, segundo as quais o homem, em virtude de seu trabalho e da riqueza criada por esse trabalho, encontra um modo sensível e concreto de conquistar sua salvação individual (Catani, 2012, p.15).

Dessa forma, se firma assim o conceito de que admirável é trabalhar para criar riquezas, mas não para usufruí-las, e sim para que se crie, em contrapartida, mais trabalho.

A segunda corrente nomeada como histórica é a de Karl Marx que define capitalismo como “[...] um modo de produção cujos meios estão nas mãos dos capitalistas, que constituem uma classe distinta da sociedade” (Catani, 2012, p.16). Entende-se a sociedade como produtora de mercadorias e são características fundamentais desta concepção a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca.

Propriedade privada, porque é um sistema cujos utensílios e ferramentas necessárias para obter a produção e, portanto, o capital, é predominantemente de propriedade privada e individual dos capitalistas, detentores do capital. Divisão social do trabalho, pois nessa sociedade cada um possui apenas uma profissão, necessitando para a sobrevivência adquirir os produtos dos trabalhos de outras pessoas. E, finalmente, a troca é uma condição prévia de uma sociedade capitalista, na medida em que os produtos dos trabalhos são a mercadoria e precisam ser trocados (Catani, 2012).

Na segunda perspectiva, capitalismo significa, mais do que um sistema de produção de mercadorias, um sistema no qual a força do trabalho se transforma em mercadoria, com específico valor e disponível à troca. É imprescindível a coexistência de uma classe social que detenha os meios de produção e de outra classe para a qual a venda do trabalho seja a única forma de subsistência (Catani, 2012).

Ao tratar sobre os processos de trabalho do capitalismo e a interdependência entre o capitalista e o operário, Marx (1996) explicita,

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome ao fazer trabalhar o vendedor dela. O último torna-se, desse modo, *actu*, força de trabalho realmente ativa, o que antes era apenas *potentia*. Para representar seu trabalho em mercadorias, ele tem de representá-lo, sobretudo, em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer a necessidades de alguma espécie. É, portanto, um valor de uso particular, um artigo determinado, que o capitalista faz o trabalhador produzir (Marx, 1996, p. 297).

Marx (1996) salienta, ainda, que, nesse processo de trabalho enquanto consumo da força de trabalho pelo capitalista, surgem dois fenômenos peculiares: o trabalhador realiza a sua tarefa sob o controle do capitalista, a quem pertence o seu trabalho e o produto deste trabalho é propriedade do capitalista e não de quem o produziu diretamente, o trabalhador.

Tal relação implica uma modificação marcante na relação do homem com o seu trabalho. O trabalhador não é mais dono do fruto do seu trabalho, mas um estranho alienado do seu próprio resultado. E essa alienação não se dá apenas na relação do trabalhador com os frutos do seu trabalho, mas ainda no próprio processo de produção (Constanzi, 2005).

Não se trata mais de produzir para consumir e sobreviver, mas de ultrapassar esse processo e explorar o trabalho como fonte de lucros aos bolsos do detentor de

capital. A sociedade capitalista apropria-se de um trabalho além do concreto, que era a criação de valores de uso para a sobrevivência, passando ao trabalho abstrato que dá o valor de troca e a possibilidade do lucro com essa atividade. O trabalho é reduzido à condição de trabalho (Netto; Braz, 2008 *apud* Ferreira et al., 2013).

Em síntese, o capitalismo nasce transformando o homem. Culturalmente, implantando a valorização do trabalho como exercício dos predestinados, daqueles que “merecem o céu”, na medida em que executam e criam riquezas com aquilo que nasce dotado a fazer e, historicamente, incorporando a subdivisão de classes e fundamentação de desigualdades, em um sistema de troca, nem sempre justo para que se alcance o almejado lucro.

Os processos de trabalho criando o homem que trabalha

Desdobram-se, ao longo das últimas décadas (com destaque a partir da Revolução Industrial da Inglaterra do final do século XVIII), meios de produção determinantes à maneira como será exercida a força de trabalho, o funcionamento do mercado e a relação do homem com o trabalho. Trata-se dos processos de trabalho nas produções do fordismo, do taylorismo e do toyotismo com a acumulação flexível.

Enquanto processos de trabalho, o fordismo, junto com o taylorismo, predominaram na indústria capitalista ao longo deste século. Entende-se o fordismo basicamente “como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos” (Antunes, 2005, p 25).

Aliado ao cronômetro taylorista, a produção em série fordista se constitui com o controle dos tempos e dos movimentos do trabalhador. Este passa a ser considerado em parcelas, fragmentado, importando a parte de si, a função (do seu corpo) que é usada para executar o trabalho (Antunes, 2005).

Tal como descrito por Marx (1996), o modelo fordista consolida a separação entre a elaboração e a execução do processo de trabalho. De um lado, a gerência e o planejamento do trabalho, feito pelo detentor do capital, os donos das indústrias. Do outro lado, o ‘operário-massa’ na execução e reprodução constante e cronometrada do trabalho de cujo produto é alienado. A produção é massiva, pressupondo um consumo também em massa. Sendo assim, é importante a agilidade e a eficiência do trabalhador.

Nesse modo de produção, o controle sobre os trabalhadores acontecia da forma mais autoritária possível, com agressões físicas, castigos, ameaças, demissões, trabalhos por longas jornadas (12 a 15 horas diárias), condições precárias de trabalho e salário. Não havia proteção aos trabalhadores. Acidentes, lesões, doenças e mortes por ocasião do trabalho eram frequentes (Merlo; Lapis, 2007).

Nesse modelo nasce o que Antunes (2009) denomina a *classe-que-vive-do-trabalho*, ou a classe trabalhadora. Inclui “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário” (Antunes, 2009, p. 103), ou seja, o proletariado precarizado (tal como veremos adiante), o subproletariado, *part time*, os terceirizados,

os assalariados da “economia informal”, os desempregados e, em uma extensa análise, até mesmo os próprios gestores do capital.

Como “novo” padrão em busca de produtividade e nova forma de adequar a produção ao mercado, surge a acumulação flexível do toyotismo. “[...] A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrão de consumo” (Harvey, 1992 apud Antunes, 2005, p. 29).

Em diferenciação ao fordismo-taylorismo, basicamente o toyotismo se constitui com a produção voltada e conduzida pela demanda. É uma produção altamente variável, flexível e diversificada para atender prontamente ao consumo. O consumo é anterior à produção, ele dita o tempo de produzir, ao contrário do fordismo que produz largamente para em seguida ser consumido (Antunes, 2005).

Surge o trabalhador “polivalente” que precisa se flexibilizar e passa a atuar com inúmeras máquinas em uma combinação de várias tarefas, em contraponto ao fordismo (um homem/uma máquina) (Antunes, 2005). Para Abramides e Cabral (2003), a acumulação flexível torna-se tanto uma forma de maior exploração quanto de maior controle sobre a força de trabalho. “[...] A reestruturação produtiva está baseada em aumento da produtividade, eficiência, qualidade, novas formas de tecnologia e gestão, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas” (Abramides; Cabral, 2003, p.4-5).

Aplica-se o *kanban* (placas indicativas para reposição de peças, produzir somente o necessário e fazê-lo no melhor tempo), *Just-in-time* (melhor aproveitamento possível do tempo de produção), flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ (círculos de controle de qualidade), controle de qualidade total, eliminação de desperdício, gerência participativa, sindicalismo de empresa, entre outros métodos e procedimentos (Antunes, 2005).

Antunes (2005) aponta que é certo que não se tem agora aquele trabalho repetitivo, massificante, ultra simples, individualizado, desmotivante e cristizador típico do fordismo-taylorismo. Porém, o enriquecimento e toda a flexibilidade das tarefas propostas pelo toyotismo busca a satisfação do consumidor, na medida em que controla a qualidade do trabalho do operário, a quem é dado flexibilidade, mas para pensar e agir para o capital e para a produtividade.

As demandas desse novo modelo, aparentemente mais flexíveis e satisfatórias ao trabalhador, escondem que “[...] as rígidas formas de controle, típicas do modelo taylorista/fordista, aparecem transformadas em lideranças motivadoras, num ambiente em que o próprio grupo exerce pressão sobre os indivíduos” (Merlo; Lapis, 2007, p. 66).

Navarro e Padilha (2007, p. 15) apresentam a contradição, evidenciando que:

Ao mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado, alienado, estranhado. O trabalho perde a dimensão original e indispensável ao homem de produzir coisas úteis (que visariam satisfazer as necessidades humanas) para atender as necessidades do capital.

O trabalhador, mais do que produzir mercadorias, é a própria mercadoria. O modo de exploração salienta uma produção que traz benefícios essencialmente para o capital. O trabalho, por outro lado, mantém-se desvalorizado, precarizado e oprimido (Ferreira et al., 2013).

Fato é que, no desenrolar do capitalismo, nas formas de mercado, com os meios de produção, no desenvolvimento extenso e contínuo dos processos de trabalho ao longo dos tempos, faz emergir trabalhadores das mais variadas formas, com infinitos arranjos sociais, em um movimento constante de exploração.

A saúde do trabalhador enquanto interrogação constante nos processos de trabalho

Na medida em que surgem e se desenvolvem os processos de trabalho, aquela notória dicotomia entre o capitalista e o operário descrita por Marx (1996) toma outros rumos, emergindo outras consequências. Nos arranjos atuais, os trabalhadores formam um grupo heterogêneo. Há agora desempregados, os que trabalham precariamente, àqueles que são altamente capacitados, os ‘bem remunerados’. Já não se configura entre a(s) classe(s) trabalhadora(s) a coesão típica aos trabalhadores do passado, na medida em que hoje, e cada vez mais, passam a competir entre si, em busca de melhores cargos e salários (Constanzi, 2005).

Para Antunes (2009), nas últimas décadas, principalmente depois dos anos 70, o mundo do trabalho se modificou largamente. Avanços tecnológicos, a crise do capital, a constituição de novas formas de acumulação flexível, os modelos fordismo-taylorismo, e em destaque o toyotismo, intensificam essas transformações, movimentando e trazendo consequências aos processos de produção e a classe trabalhadora. Entre os resultados mais importantes, Antunes (2009) destaca: 1) a redução do número de operários em fábricas; 2) a precarização do trabalho com a expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado; 3) aumento do trabalho feminino no interior da classe trabalhadora, com toda aquela precarização e ainda, com salários mais baixos; 4) expansão dos assalariados médios, o chamado “setor de serviços”; 5) exclusão dos trabalhadores jovens e “velhos” (por volta dos 45 anos); 6) intensificação da superexploração do trabalho (utilizando imigrantes e trabalho infantil sob forma criminoso); 7) um processo de desemprego crescente; e 8) manipulação da classe trabalhadora.

A heterogeneização explícita entre tantos trabalhadores tornam o mundo do trabalho mais complexo, fazendo com que a elevação dos padrões de vida de vários deles sugira a ausência da exploração do trabalho no capitalismo. O que é notoriamente um equívoco, dada à existência ainda acentuada de trabalhadores de baixa qualificação em ocupações precárias, ou ainda, desempregados (Constanzi, 2005).

Como resultado a esses formatos, há muito se percebe que a relação do homem com o trabalho é provocativa de transformação das condições de saúde e das condições de doença. Os meios de trabalho não medem apenas em que nível se encontra o desenvolvimento da força de trabalho, mas também é um indicador das condições sociais nas quais o trabalho se realiza, acrescentaria, ainda, que a forma como se trabalha se vive (Marx, 1996). Marx (1996, p. 297) assegura que

[...] Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Dejours (1993) compreende que as relações que o indivíduo estabelece com o trabalho implicam na sua saúde, e mais, que o trabalho é um fator essencial de equilíbrio e desenvolvimento humano. Basta compreender em que medida os processos de trabalho contemporâneos têm oferecido ao trabalhador condições saudáveis de uso, valor e recompensa pela mão de obra. Diante disso, Navarro e Padilha (2007) apontam que o trabalho e a profissão são bilhetes de identidade social. A atividade laboral é fonte de experiência psicossocial, sobretudo por ocupar espaço e tempo importantes na vida humana contemporânea. Não se trabalha apenas para satisfação de mínimas necessidades, mas também como fonte de identificação, de autoestima e de desenvolvimento das potencialidades humanas em alcançar, na medida do trabalho, participação no seio da sociedade.

Dejours (1993) explica o quanto custou em tempo para os cientistas compreenderem que o trabalho é um dado fundamental da saúde. E não apenas de forma negativa (causando doenças, intoxicações, acidentes), mas também de maneira positiva o não trabalho é danoso à saúde. Com isso, ele traz concepções de psicopatologias sensíveis ao quanto a saúde do trabalhador depende das relações que este estabelece com o seu trabalho.

Reforçam essa ideia Merlo; Lapis (2007), quando acrescentam que

Nesse contexto de tendência à precarização das relações de trabalho e de risco constante de ingressar nas estatísticas alarmantes do desemprego, aumentam a ansiedade e o medo do trabalhador, a tal ponto que os desgastes físico e psicológico passam, muitas vezes, a ser banalizados e encarados como se fossem parte da forma normal de trabalhar e viver (Merlo; Lapis, 2007, p. 67).

Atentando a isso, Abramides e Cabral (2003) abordam sobre os processos de saúde e de doença dos trabalhadores destacando, a princípio, a compreensão de saúde elaborada na VIII Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em Brasília-DF, ainda em 1986. Na ocasião, a saúde foi concebida amplamente como

[...] A satisfação das necessidades básicas de acesso a uma alimentação regular e nutritiva, moradia adequada, transporte seguro, serviços de saúde e educação eficientes, para além da simples ausência de doenças, a falta de uma renda mínima que assegure esses direitos, constitui-se para uma ampla camada de trabalhadores, em efetiva deterioração de suas condições de vida e reprodução da força de trabalho (Mattos et al., 1995, *apud* Abramides; Cabral, 2003, p.7).

Tal concepção incorpora a divisão social e técnica do trabalho, como importante variável à obtenção/manutenção do que se considere saúde. No contexto capitalista, a classe trabalhadora é afetada em dimensões objetivas e subjetivas na medida em que “[...] a propriedade privada dos meios de produção, a superexploração da força de trabalho, e o Estado a serviço da ordem burguesa determinam um viver e um morrer” (Abramides; Cabral, 2003, p. 7).

Ainda mais recente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara que “[...] a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consiste, somente, em uma ausência de doença ou enfermidade”, oferecendo um conceito, atualmente sobre muitas revisões de ampliação, tendo em vista todos os conteúdos que integram o ser humano e afetam, direta ou indiretamente, no seu estado de saúde e qualidade de vida. A Organização alerta que

[...] A saúde do trabalhador e um ambiente de trabalho saudável são valiosos bens individuais, comunitários e dos países. A saúde ocupacional é uma importante estratégia não somente para garantir a saúde dos trabalhadores, mas também para contribuir positivamente para a produtividade, qualidade dos produtos, motivação e satisfação do trabalho e, portanto, para a melhoria geral na qualidade de vida dos indivíduos e da sociedade como um todo (OMS; OPAS, 2014).

A preocupação com a saúde do trabalhador diretamente relacionada aos processos de produção foi levantada como temática na rede pública de saúde do Brasil, na década de 80, em razão das intensas lutas e reivindicações dos movimentos dos trabalhadores, exigindo debates e intervenções que encontrassem um resultado satisfatório a esta classe, até então marginalizada. O Sistema Único de Saúde (SUS), desde 1988, aparece como prática institucionalizada para assumir a proposta de lutar por transformações da realidade de saúde dos trabalhadores, em razão dos meios de exploração, das relações e dos processos de trabalho (Abramides; Cabral, 2003).

Entretanto, na prática, as mudanças do ambiente capitalista não aboliram a tradicional exploração descrita por Marx, mas, por outro lado, geraram novas formas de exploração do trabalho que repercutem ainda hoje sobre a saúde do trabalhador (Constanzi, 2005).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no Brasil, publicou, em 2012, o relatório Perfil do Trabalho Decente no Brasil, apresentando dados e informações sobre como se comporta, as deficiências, os avanços e os enfrentamentos do trabalho decente nas unidades da federação (OIT, 2012). Como “trabalho decente” conceitua o trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade,

segurança e dignidades humanas. O respeito aos direitos dos trabalhadores, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo com a sociedade, são vistos como fundamentais à superação da pobreza, a diminuição das desigualdades sociais e a garantia de uma governabilidade democrática, primando pelo desenvolvimento sustentável (OIT, 2012).

Em síntese, o Relatório aponta avanços da promoção do trabalho sobre os moldes da liberdade, da equidade, da segurança e da dignidade humana. Apresenta dados que apontam o crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho, constata o aumento do salário mínimo reduzindo a pobreza e a desigualdade, a diminuição do trabalho infantil e do trabalho forçado ou similar à escravidão, e ainda uma redução de trabalhadores e trabalhadoras em jornadas de trabalho semanais excessivas (acima de 44 horas semanais) (OIT, 2012).

Porém, até o momento, perduram desigualdades de gênero e raça no Brasil, contribuindo para a manutenção do déficit de Trabalho Decente entre mulheres e negros. E é de se constatar, visivelmente, que a pobreza, a informalidade, o desmerecimento de jovens e a precariedade do trabalho ainda ecoam, expressando uma demanda por uma vida mais plena e satisfatória (OIT, 2012).

Em se tratando da saúde do trabalhador, no preâmbulo da constituição da OIT, tem-se como elemento fundamental da justiça social a proteção do trabalhador contra doenças, sejam ou não profissionais e contra os acidentes de trabalho. O relatório a esse respeito dedica-se à apresentação das informações sobre ambiente de trabalho seguro e destaca uma diminuição do número de acidentes de trabalho por motivo da atividade que o profissional desempenha e das doenças provocadas pelo exercício do trabalho ou ramo da atividade (OIT, 2012).

Nesse ponto, Abramides e Cabral (2003) problematizam e nos conduzem a uma reflexão pertinente. O cuidado especificamente com a saúde do trabalhador ainda remete para uma preocupação velada e verdadeiramente associada à sua capacidade de produzir e gerar lucro. A força do trabalho (mercadoria básica do sistema capitalista) é exigida em saúde para a finalidade de executar o processo de trabalho e só. Ela será “consumida e substituída na medida do seu desgaste” (Abramides; Cabral, 2003, p.7).

Merlo; Lapis (2007) explicam que,

Nesses duros tempos sociais, com o enfraquecimento do movimento sindical, a desestruturação do Estado de Bem-Estar Social e de sua rede de proteção de políticas públicas, a desconstituição dos direitos sociais dos trabalhadores, a expansão de formas de trabalho precárias, a elevação das taxas de desemprego e o crescimento da exclusão social, a realidade apresenta-se adversa para importantes segmentos de trabalhadores, afetando sua saúde tanto física como mental (p.67)

Reforçando e ampliando esse argumento, Krein (2013) acrescenta que não bastaria modificar os processos de trabalho, racionalizados, flexíveis e desfavoráveis ao trabalhador, mas de estruturar o mercado de trabalho ainda bastante informal, pouco produtivo e desestruturado.

Krein (2013) destaca como aliados o movimento sindical com auxílio dos pesquisadores que busquem identificar a fonte dos problemas e a formular/gestar políticas públicas que atuem além do problema materializado, já ocorrido (a doença, o acidente, o desemprego), mas que procurem, preventivamente, melhorar o ambiente de trabalho para que, potencialmente, existam condições de enfrentamento dos fatores de doença e insegurança no trabalho. E ressalva que não será a dinâmica capitalista que irá intervir e oferecer um ambiente saudável ao trabalhador, mas os próprios atores sociais e as instituições públicas que caminhem estabelecendo contrapontos no sentido de atender e “assegurar a dignidade de quem precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver” (Krein, 2013, p. 196).

Dejours (1993), ao buscar uma resposta para qual seria o trabalho ideal que oferecesse ao trabalhador o bem-estar psíquico, esclarece que a questão não está em extinguir a atividade, mas em existir um livre funcionamento do homem, psiquicamente em relação ao conteúdo da tarefa. “[...] Se o trabalho favorece esse livre funcionamento, ele será fator de equilíbrio; se ele se opõe, será fator de sofrimento e de doença” (Dejours, 1993, p. 103).

Considerações finais

O caminho para a promoção do trabalho digno, equânime, livre, propulsor da realização do potencial humano de transformação da natureza em condição saudável, segura e criativa parece uma longa jornada. Na base da economia, há um sistema alicerçado na exploração e no lucro, na diferenciação e no exercício do poder, contrapondo, em essência, o sentido do trabalho humano. Tal como discute Marx (1996), ontologicamente, o homem trabalha porque é próprio à sua espécie, porque o trabalho lhe constitui sujeito no mundo. Ele não apenas transforma a matéria naquilo que tocam suas mãos, que operam seus braços, mas se transforma e se satisfaz com o resultado daquilo que faz.

Se o capital não se orienta de maneira humanamente significativa e na medida em que o controle social da produção tem o valor de uso (aquilo que o homem produziu e transformou) submisso ao valor de troca, valendo-se mais o capital do que o significado e o sentido do trabalho, o resultado é uma sociedade dos excluídos e dos precarizados (Antunes, 2005).

Embora tenha existido mudança nos processos de trabalho ao longo dos séculos XIX e XX, não se pode confirmar a existência de uma real ruptura com o modelo de exploração e controle da subjetividade para a manutenção da hegemonia capitalista.

É como se Dejours (1992) dissesse hoje,

[...] A liberdade não se dá dizem ela se conquista. O mesmo acontece com relação à organização do trabalho. É provável que não exista solução ideal [...]. Considerando o lugar dedicado ao trabalho na existência, a questão é saber que tipos de homens a sociedade fabrica através da organização do trabalho. Entretanto o problema não é,

absolutamente, criar novos homens, mas encontrar soluções que permitiriam pôr fim à destruição de um certo número deles pelo trabalho (Dejours, 1992, p. 139).

É imprescindível que a gestão de políticas públicas caminhe à promoção da saúde e à segurança do trabalhador, mais do que remediar tardiamente o sujeito quando já se perde (por ocasião de acidentes e doenças) a condição de ser no e pelo trabalho. E assim o é também indispensável que o homem presente, pensante, atuante na transformação do que faz o seu trabalho a ele. Se não aquele que opera as máquinas “na frente de batalha”, aqueles que pesquisam, que constroem politicamente, que movimentam as lutas.

Referências

- Abramides, M. B. C.; Cabral, M. do S. R. (2003). Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, vol. 17 (1): 3-10.
- Antunes, R. L. C. (2005). *Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora de Universidade Estadual de Campinas.
- Antunes, R. L. C. (2009). *Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2ª ed.
- Arruda, J. R. (2005). *Nova história moderna e contemporânea: da transição do feudalismo-capitalismo à Guerra de Secessão dos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo: Edusc.
- Catani, A. M. (2012). *O que é Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Constanzi, R. N. (2005). *Exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo e desigualdade*. Brasília: IPEA.
- Dejours, C. (1992). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez – Oboré.
- Dejours, C.; Dessors, D.; Desrlaux, F. (1993). Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 33, n.3, p. 98-104, mai./jun.
- Ferreira, A., L. M; et al. (2013). As determinações do trabalho no modo de produção capitalista. Maceió: *Cadernos de Graduação, Ciências Humanas e Sociais*. v.1, n.1.
- Krein, J. D. (2013). O capitalismo contemporâneo e a saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de saúde ocupacional*. São Paulo, 38 (128) 179-198.

Marx, K. (1996). O Capital: Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultura.

Merlo, A. R. C; Lapis, N, L. (2007). A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociedade do trabalho. Revista psicologia & sociedade, 19 (1): 61-68; jan/abr.

Navarro, V. L. Padilha, V. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. Revista Psicologia & Sociedade. Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 19, edição especial 1: p. 14-20.

OIT. (2012). Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação. Brasília: OIT.

OMS. (2014). Organização Mundial de Saúde; OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde do trabalhador. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=378&Itemid=1>. Acesso em: 10 fev. 2014.